



PROJETO PEDAGÓGICO **DO CURSO (PPC) DE ESPECIALIZAÇÃO EM:**

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO



*Antonio da Costa Cardoso Neto
Raphael Penha Hermano*



**Faculdade
Santa Luzia**
Aqui, você faz a diferença!

2025

FACULDADE SANTA LUZIA – FSL

Prof. Me. Luis Martins Machado
Diretor Geral

Prof. Dr. Antonio da Costa Cardoso Neto
Coord. de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Profa. Dra. Thiessa Maramaldo de Almeida Oliveira
Diretora Acadêmica

Prof. Me. Raphael Penha Hermano
Coordenador do Curso de Especialização

PRODUÇÃO EDITORIAL

Prof. Dr. Antonio da Costa Cardoso Neto

NORMALIZAÇÃO

Bibliotecária: Alicianeide Nunes CRB 502/13

Livro Digital

Copyright ©: Faculdade Santa Luzia
Diagramação: Antonio da Costa Cardoso Neto
Projeto gráfico capa: João Marcos Abreu da Silva
Autores: © Antonio da Costa Cardoso Neto
Raphael Penha Hermano

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H551p

Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de especialização em: Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário [livro digital]. / Antonio da Costa Cardoso Neto; Raphael Penha Hermano – Santa Inês: Faculdade Santa Luzia, 2025.

42 p. il.

ISBN: nº 978-65-982193-5-2

Projeto Pedagógico do Curso (Especialização em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário) – Faculdade Santa Luzia, 2025.

1. Direito. 2. Processo do Trabalho. 3. Direito Previdenciário. I. Cardoso Neto, Antonio da Costa. II. Hermano, Raphael Penha. III. Título.

CDD: 37 018 4.341-349 2+249 31

Elaborada por Alicianeide Nunes CRB 502/13

A Câmara Brasileira do Livro certifica que esta obra intelectual, encontra-se registrada nos termos e normas legais da Lei nº 9.610/1998 dos Direitos Autorais do Brasil. Conforme determinação legal, a obra aqui registrada não pode ser plagiada, utilizada, reproduzida ou divulgada sem a autorização de seu(s) autor(es).

Data do Registro: 08/10/2025



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DO CURSO	4
2 DADOS INSTITUCIONAIS	5
2.1 BREVE HISTÓRICO	5
2.2 DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS	6
2.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO	7
2.4 INSERÇÃO REGIONAL DA IES	8
2.5 ARTICULAÇÃO DAS METAS EM FUNÇÃO DOS OBJETIVOS CONSTANTE NO PDI..	11
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO	13
3.1 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA REGIÃO	13
3.2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO	16
3.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	17
3.2.1 OBJETIVOS DO CURSO	17
3.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	18
3.4 CONCEPÇÃO DO CURSO	18
3.5 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR	19
3.6 PROCESSO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	21
3.7 METODOLOGIAS	22
3.8 CORPO DOCENTE DO CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO	24
3.9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ALUNO	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
ANEXO A- EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO	28
ANEXO B- MODELO DO PLANO DE ENSINO	40

1 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Direito do Trabalho e o Direito Previdenciário desempenham papéis fundamentais na proteção social e na garantia de direitos dos trabalhadores e segurados, refletindo diretamente na dignidade humana, na justiça social e no equilíbrio das relações entre capital e trabalho. Compreender a complexidade dessas áreas e formar profissionais capazes de intervir de forma crítica e eficaz é essencial diante das constantes transformações no mundo do trabalho e da seguridade social.

A atualização profissional, nesse campo, é uma necessidade urgente. Reformas trabalhistas e previdenciárias, novos entendimentos jurisprudenciais e mudanças no perfil socioeconômico da população exigem dos juristas conhecimentos sólidos, atualizados e aplicáveis na prática forense e administrativa. Entretanto, muitos profissionais enfrentam dificuldades em aprofundar seus estudos por falta de cursos especializados que dialoguem com as demandas regionais e nacionais.

A escassez de especialistas bem preparados impacta diretamente o acesso à justiça e à seguridade social, dificultando que trabalhadores, empregadores e segurados tenham seus direitos plenamente reconhecidos e efetivados. Assim, a formação continuada nessa área não apenas enriquece a carreira dos profissionais do Direito, mas também contribui para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

O curso de *Especialização em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário* oferece uma oportunidade única para juristas, advogados, servidores públicos, magistrados, membros do Ministério Público, sindicatos e demais profissionais ampliarem sua atuação, qualificando-se para posições de liderança, consultoria especializada, advocacia estratégica e docência no ensino superior.

A proposta pedagógica do curso integra teoria e prática, com foco em metodologias ativas, análise de casos concretos, estudos jurisprudenciais e simulações processuais. Esse modelo garante não apenas o domínio técnico das normas e procedimentos, mas também a capacidade crítico-reflexiva de intervir nos desafios emergentes do mundo jurídico e social.

A criação do curso pela Faculdade Santa Luzia, em Santa Inês-MA, constitui uma resposta direta às demandas regionais e nacionais por profissionais altamente capacitados na defesa dos direitos sociais. Ao formar especialistas em Direito do



Trabalho e Previdenciário, a instituição reforça sua missão de promover o desenvolvimento social e regional, assegurando benefícios tanto para a classe trabalhadora quanto para a sociedade em geral.

2 DADOS INSTITUCIONAIS

Tabela 1. Dados institucionais da Mantenedora e da Mantida

Razão Social: Entidade Mantenedora:	Instituto Educacional Santa Luzia Ltda / Escola Técnica de Comercio Santa Luzia (antiga).
Código e-MEC	15917
Endereço	Rua Wady Hadad, nº 223 Centro, CEP 65300-109, no município de Santa Inês, Estado do Maranhão
CEP	65300-109
CNPJ/MF	nº 63.441.083/0001-74
Natureza Jurídica	Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos – Sociedade Civil
Instituição Mantida (IES):	Faculdade Santa Luzia - FSL
Código e-MEC	19374
Credenciamento	Portaria MEC nº 1.166 De 15.09. 2017
Endereço	Rua Wady Hadad, nº 205, Centro, CEP 65300-109, no município de Santa Inês, Estado do Maranhão
Organização Acadêmica	Faculdade
Categoria Administrativa	Privada
CI	3 (2017)
IGC	Sem conceito
Site	https://faculdadesantaluzia.edu.br/

Fonte: FSL (2023)

2.1 BREVE HISTÓRICO

A partir da iniciativa de um grupo de educadores e empresários, foi fundada em março de 1992, no município de Santa Inês, Estado do Maranhão, a sociedade denominada Escola Técnica de Comércio Santa Luzia Ltda.

O (15917) Instituto Educacional Santa Luzia Ltda.- IESL, mantenedor(a) da (19374) Faculdade Santa Luzia – FSL é uma instituição educacional de direito privado, com fins lucrativos, de caráter educacional, com sua sede estabelecida na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão, gerida por um experiente grupo de educadores e com um histórico de mais de trinta e três anos de atuação no ensino técnico e

profissionalizante. A entidade tem por finalidade promover a educação e a instrução formal em todos os níveis e graus através dos cursos por ela organizados, e mantidos com as exigências dos sistemas de ensino federal e estaduais.

A criação da Faculdade Santa Luzia foi idealizada para atender as necessidades do município e para manter profissionais qualificados em seus segmentos de atuação. Levando em consideração que, aqueles que saem da sua cidade para ingressar no ensino superior, geralmente não retornam mais a sua cidade de origem, pois ficam refém da oferta de mercado que acolhesse a sua profissão. Entende-se que a presença de uma instituição de ensino superior proporcione desenvolvimento social, político e econômico de uma região, pois irá reter profissionais que se comprometam com o crescimento e desenvolvimento local.

A implantação de uma nova instituição de ensino superior credenciada pelo MEC para atender as demandas de empreendimentos públicos e privados na Microrregião de Pindaré e da Baixada Maranhense, contribui com a manutenção de profissionais qualificados nessa região gerando renda aos municípios. A Faculdade Santa Luzia se propõe, portanto, a ofertar cursos superiores de graduação, pós-graduação Lato Sensu e extensão.

Procurando estabelecer interface com o ensino superior de graduação, o conselho deliberativo da mantenedora decidiu fundar e credenciar a Faculdade Santa Luzia - FSL para a oferta de cursos superiores de graduação como áreas prioritárias de atuação acadêmica além da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e cursos de extensão.

2.2 DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS

Missão

Atender aos anseios da educação superior da comunidade, promovendo a educação através do ensino, capacitação, pesquisa e extensão, gerando recursos humanos competentes para contribuir com o desenvolvimento científico, econômico, social, ambiental e cultural de Santa Inês e região, na busca da melhoria da qualidade de vida de sua população.

Visão

A Faculdade Santa Luzia - FSL tem como visão ser reconhecida pela sociedade como uma IES de referência na prestação de serviços educacionais de qualidade e fomentadora do desenvolvimento do município e da microrregião de Pindaré e da Baixada Maranhense.

Valores

Os valores teóricos e práticos que caracterizam o perfil da Faculdade Santa Luzia - FSL estão sustentados na percepção e compreensão de que esta é uma instituição composta por sujeitos históricos, sociais e políticos que integram um mundo em constante movimento composto de sujeitos reflexivos, pesquisadores, abertos aos debates educacionais, como também e principalmente, abertos ao diálogo. Os valores que deverão ser difundidos no ambiente acadêmico da Faculdade Santa Luzia (FSL) são: • Justiça; • Competência; • Zelo; • Solidariedade; • Ética.

2.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Faculdade Santa Luzia foi credenciada pela Portaria MEC Nº 1.166, de 15 de setembro de 2017, publicado no DOU de 18 de setembro de 2017. Tem seu processo de credenciamento presencial aberto no sistema e-MEC na fase, até então, de Protocolo de Compromisso. Na graduação, a atuação acadêmica da FSL abrange cursos de graduação (bacharelado) na modalidade presencial, nas áreas de Direito, Saúde e Bem-Estar conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Cursos de Graduação ofertados – modalidade presencial

Código	Curso	Grau	Modalidade	Autorização	Reconhecimento	Vagas
1292278	Enfermagem	Bacharelado	Presencial	Portaria nº 1.004/2017 com publicação no D.O.U em 22 de setembro de 2017	Portaria SERES/MEC nº 187 de 14 de maio de 2024, publicada no D.O.U em 14 de maio de 2024	60
1455095	Direito	Bacharelado	Presencial	Portaria nº 281/ 2020 com publicação no DOU em 30 de setembro de 2020		60
1532702	Farmácia	Bacharelado	Presencial	Portaria nº 447/2022, publicado no DOU em 05 de fevereiro de 2022		40

Fonte: Dados e-MEC

Tabela 3. Curso de Pós-Graduação ofertado – modalidade presencial.

Código	Curso	Ato de Criação do Curso	STATUS
252139	Especialização em Urgência e Emergência com Ênfase em Docência do Ensino Superior	RESOLUÇÃO CONSUP/FSL Nº 007 de 27 de dezembro de 2023.	50

Fonte: Dados e-MEC 2025

2.4 INSERÇÃO REGIONAL DA IES

O município de Santa Inês também tem se destacado como um polo regional de educação. A cidade recebe diariamente alunos de cidades vizinhas, tais como: Pindaré-Mirim, Pio XII, Santa Luzia, Zé Doca, Bom Jardim, entre outras. Nesse cenário, a implantação da Faculdade Santa Luzia no município de Santa Inês tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, na medida em que busca promover a qualificação e capacitação de recursos humanos, em nível de graduação e pós-graduação, visto que há uma notável carência local e regional de profissionais com elevada formação. Essa configuração demonstra claramente a importância social da Faculdade Santa Luzia (FSL), não apenas pela necessidade de oferta de ensino superior presencial e EAD para atender a população municipal, mas também por exercer seu papel através de programas de inclusão social, mesmo em se tratando de uma instituição privada de ensino superior.

Essa configuração demonstra claramente a importância social da Faculdade Santa Luzia (FSL), não apenas pela necessidade de oferta de ensino superior presencial e EAD para atender a população municipal, mas também por exercer seu papel através de programas de inclusão social, mesmo em se tratando de uma instituição privada de ensino superior.

O município de Santa Inês tem população estimada para 2024 de 88.167 habitantes, com densidade demográfica de 108,07 hab/km². Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 11 e 8 de 217. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 378 e 719 de 5570 com IDH de 0,674 e índice de escolarização de 6 à 14 anos de 97% (IBGE, 2024).

No que tange ao cenário educacional, em 2010 registrava a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,1%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 86 de 217. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 3514 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021,

o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,6 e para os anos finais, de 4,3. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 90 e 49 de 217. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 4347 e 3810 de 5570. Em 2023 registrou 13.712 matrículas no ensino fundamental, com 62 escolas deste nível de Ensino e 995 professores. Registrou 4.675 matrículas no ensino médio no ano de 2023, contando com 13 escolas de Ensino Médio e 283 professores (IBGE, 2024). Em 2022, a pontuação média do ENEM na cidade de Santa Inês foi de 340 pontos (10.4 pontos a mais que no ano anterior) (Brasil, 2024).

O cenário econômico registra em 2021, o PIB per capita era de R\$ 16.303,11. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 30 de 217 entre os municípios do estado e na 3573 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2023 era de 87,44%, o que o colocava na posição 178 de 217 entre os municípios do estado e na 2579 de 5570. Em 2023, o total de receitas realizadas foi de R\$ 320.680.570,76 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 349.350.990,4 (x1000). Isso deixa o município nas posições 13 e 12 de 217 entre os municípios do estado e na 514 e 474 de 5570 entre todos os municípios.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregados cadastrados na cidade de Santa Inês em 2022 foi 12,749, o que representa uma variação de 13.9% em relação ao ano anterior. A remuneração média do trabalhador no ano de 2022 foi de R\$ 2.534,22, e o número de estabelecimentos cadastrados foi 5,575, o que representa uma variação de 176% em relação ao ano anterior (Brasil, 2024).

Os setores econômicos que mais reuniram trabalhadores em 2022 foram Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (4,317), Comércio Varejista (3,503), e Comércio Por Atacado (903) (Brasil, 2024).

No ano de 2022, 47.5% dos trabalhadores eram mulheres, com uma remuneração média por pessoa de R\$ 2.505,82; 52.5% correspondiam a homens com remuneração média de R\$ 2.559,90 (Brasil, 2024).

De acordo com os dados da Receita Federal do Brasil (RFB), do total de estabelecimentos com registro até 2024, 10% correspondem a Outros (489 estabelecimentos), 39.5% correspondem a Micro Empresário Individual (MEI) (1,932 estabelecimentos), 44.7% correspondem a Microempresa (ME) (2,185

estabelecimentos), e 5.85% correspondem a Empresa de Pequeno Porte (EPP) (286 estabelecimentos) (Brasil, 2024).

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 11,17 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 67 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 148 de 217 e 101 de 217, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2763 de 5570 e 849 de 5570, respectivamente (IBGE, 2024).

Atualmente, o município de Santa Inês possui aproximadamente 34 estabelecimentos de saúde, com hospital de alta, média e baixa complexidade, com 215 leitos entre as redes públicas e privadas, considerando leitos clínicos e cirúrgicos, dentre os quais são 14 leitos em UTI Adulto e Neonatal (DATASUS, 2024).

Apresenta 35,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 37,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 9,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 15 de 217, 165 de 217 e 20 de 217, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2864 de 5570, 4612 de 5570 e 2818 de 5570, respectivamente (IBGE, 2024).

Em Santa Inês, atualmente, existem três instituições particulares de ensino superior presencial, credenciadas pelo MEC, dentre elas, a Faculdade Santa Luzia (FSL). As demais Instituições de Ensino Superior são públicas, quais sejam: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão. Essas Instituições ofertam para Santa Inês atualmente os cursos de Bacharelado em Administração, Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Sociais; Tecnólogo em Construção de Edifícios; Bacharelado em Enfermagem, Bacharelado em Engenharia da Computação; Licenciatura em Física; Bacharelado em Fisioterapia; Licenciatura em História; Licenciatura em Letras; Licenciatura em Letras – Inglês; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Pedagogia; Bacharelado em Medicina; Bacharelado em Medicina Veterinária; Bacharelado em Direito; Bacharelado em Odontologia; Bacharelado em Psicologia; Tecnólogo em Rede de Computadores, todos nas modalidade de Ensino presencial (E-mec, 2023).

Além desses cursos presenciais autorizados para Santa Inês, existem outras 17 instituições que ofertam cursos de graduação bacharelado na modalidade de Educação à Distância.

A oferta dos cursos superiores da Faculdade Santa Luzia - FSL justifica-se então pelo fato de que a garantia de melhores possibilidades de emprego, e em consequência, a redução de desigualdades sociais é possível de ser atingida quando se promove a formação profissional e humana do cidadão.

Desta forma, a FSL acredita que a oferta de seus cursos tecnológicos, de graduação e de especialização, bem caracteriza sua inserção regional para contribuir com as demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural em sua área de abrangência, qual seja, a Região Metropolitana de Santa Inês, assim como, os futuros polos presenciais da oferta dos seus cursos a serem ofertados na modalidade a distância

Nesse cenário, a implantação do curso de Especialização em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário da Faculdade Santa Luzia no município de Santa Inês tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, na medida em que busca promover a qualificação e capacitação de recursos humanos, em nível de pós-graduação, visto que há uma notável carência local e regional de profissionais com elevada formação.

Essa configuração demonstra claramente a importância social da Faculdade Santa Luzia - FSL, não apenas pela escassa oferta de ensino superior presencial para atender o município de Santa Inês tem população estimada para 2024 de 88.167 habitantes, com densidade demográfica de 108,07 hab/km², mas também por exercer seu papel através de programas de Pós- Graduação Lato Sensu

2.5 ARTICULAÇÃO DAS METAS EM FUNÇÃO DOS OBJETIVOS CONSTANTE NO PDI

EIXO 3: Políticas Acadêmicas

DIMENSÃO 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

OBJETIVO 5 Direcionar aos diferentes segmentos acadêmicos, em consonância com os documentos oficiais da FSL.

META 5.1 Consolidar as políticas pós-graduação, a pesquisa a iniciação científica, e a extensão que vierem a serem implantados

AÇÕES

Essa configuração demonstra claramente a importância social da Faculdade

- Vincular a pós-graduação com as demandas regionais. 2024 a 2028
- Implementar as atividades de prática de investigação e de iniciação científica de acordo com as políticas contidas nos documentos oficiais da FSL. 2024 a 2028
- Consolidar as atividades de extensão de acordo com as políticas contidas nos documentos oficiais da FSL. 2024 a 2028
- Vincular as atividades de extensão com a formação e sua relevância com o entorno. 2024 a 2028.
- Apoiar a participação de docentes e discentes nos programas de iniciação científica e extensão. 2024 a 2028.

OBJETIVO 6: Consolidar e expandir a oferta de programas de pós-graduação *lato sensu*.

META 6.1: Atender a demanda regional por novos cursos de especialização (*lato sensu*) e extensão.

AÇÕES:

- Analisar e pesquisar o mercado para identificação das necessidades de especialização de profissionais para o mercado de trabalho. 2024 a 2028.
- Consolidar parcerias para oferta dos novos cursos e turmas. 2024 a 2028.
- Integrar novas tecnologias da informação e comunicação, como ferramenta nos processos educacionais. 2024 a 2028.
- Ofertar anualmente cursos de pós-graduação *lato sensu* e extensão em atendimento às necessidades de formação continuada demandada pelo mercado de trabalho. 2024 a 2028.
- Ofertar anualmente cursos de pós-graduação *lato sensu* e extensão em atendimento às necessidades de formação continuada demandada pelo mercado de trabalho. 2024 a 2028.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Tabela 4. Dados gerais do curso de Especialização em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário da FSL

Denominação do Curso	Especialização em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário
Periodicidade	anual
Carga horária	360 horas
Turno	Diurno
Modalidade de curso	Presencial
Nível de ensino	Pós- Graduação
Número de Vagas Anuais	100
Tempo de integralização	Mínimo de 12, máximo de 24 meses
Ato de Criação do Curso	Res. CONSUP/FSL nº
Endereço de Funcionamento	Rua Wady Hadad, nº 205, Centro, CEP 65300-109, no município de Santa Inês, Estado do Maranhão
Legislação do MEC:	Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
Área de Conhecimento:	Ciências Sociais Aplicadas. Direito
Público-alvo:	Advogados, Procuradores, Membros do Ministério Público e da Magistratura, Professores, Consultores, Servidores públicos e demais profissionais que atuam em assuntos relacionados ao Direito Trabalhista e Previdenciário.
Coordenador do Curso	Raphael Penha Hermano CPF: 956.159.463-34 Celular: (98)98837-2618 Fax: (98): E-mails: raphaelhermanoadv@gmail.com

Fonte: FSL (2025)

3.1 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA REGIÃO

A implantação do curso de *Especialização em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário* na Faculdade Santa Luzia, em Santa Inês-MA, encontra respaldo na realidade socioeconômica e epidemiológica do

município e de sua região de influência, o Vale do Pindaré. Santa Inês é um polo regional, com população estimada em aproximadamente 90 mil habitantes (IBGE, 2022), caracterizando-se por ser centro de referência em saúde, educação e serviços para municípios vizinhos.

Do ponto de vista epidemiológico, o município apresenta um perfil marcado pela dupla carga de doenças: de um lado, doenças infecciosas e parasitárias ainda persistentes; de outro, o crescimento das doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes, refletindo uma transição epidemiológica em curso (Maranhão, 2021). Esses indicadores repercutem diretamente nas relações de trabalho e na demanda crescente por benefícios previdenciários, em razão do afastamento laboral e da incapacidade temporária ou permanente de trabalhadores.

O mercado de trabalho em Santa Inês é composto majoritariamente por atividades no comércio, serviços e agricultura familiar, com forte presença do trabalho informal e precarizado (IBGE, 2022). Essa realidade gera demandas jurídicas relacionadas a vínculos trabalhistas, reconhecimento de direitos previdenciários e processos administrativos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). De acordo com dados do Ministério da Previdência Social (2021), os benefícios por incapacidade representam parcela significativa dos requerimentos na região, indicando a necessidade de profissionais especializados para atuar na defesa dos trabalhadores e segurados.

Ademais, o perfil demográfico do município mostra uma população economicamente ativa jovem, mas também em processo de envelhecimento, o que amplia os desafios previdenciários relacionados à aposentadoria e à seguridade social (IBGE, 2022). Assim, a especialização justifica-se como resposta acadêmica e profissional às demandas emergentes de Santa Inês e do Vale do Pindaré, articulando-se com a missão institucional da Faculdade Santa Luzia de contribuir para o desenvolvimento regional por meio da formação crítica, cidadã e especializada.

Figura 1. Regiões e Macrorregiões de Saúde do Maranhão.



Fonte: Maranhão (2018)

O Estado do Maranhão está dividido em três grandes macrorregiões de saúde: *Norte, Sul e Leste* (Maranhão, 2021). Santa Inês, sede da Faculdade Santa Luzia, integra a *Macrorregião Norte*, destacando-se como polo estratégico pela sua posição geográfica e capacidade de articulação com municípios vizinhos, como Bacabal, Zé Doca, Pinheiro e Viana.

De forma geral, o Maranhão apresenta indicadores socioeconômicos e de saúde que evidenciam vulnerabilidades estruturais, refletindo-se em demandas específicas nas áreas trabalhista e previdenciária. Dados recentes apontam que o estado possui *alta taxa de informalidade no mercado de trabalho*, com cerca de 60% da população economicamente ativa inserida em atividades sem vínculos formais (IBGE, 2022). Esse cenário impacta diretamente o acesso à seguridade social e aos benefícios previdenciários, ampliando a procura por assistência jurídica especializada.

Em termos epidemiológicos, o estado ainda convive com a persistência de *doenças infecciosas e parasitárias*, ao mesmo tempo em que enfrenta o crescimento expressivo das *doenças crônicas não transmissíveis*, como

hipertensão, diabetes e neoplasias, responsáveis por altos índices de incapacidade laboral (Maranhão, 2021). Essa realidade demanda profissionais capazes de atuar na interface entre saúde, previdência e relações de trabalho, reforçando a pertinência da especialização.

A *Macrorregião Norte*, onde se insere Santa Inês, concentra parte significativa da população maranhense e apresenta desafios relacionados à urbanização acelerada, ao crescimento da economia informal e à carência de serviços especializados em saúde e previdência. Já as *Macrorregiões Leste e Sul*, que englobam municípios como Imperatriz, Caxias e Timon, refletem realidades distintas, mas igualmente marcadas pela desigualdade no acesso a direitos sociais e trabalhistas.

Dessa forma, a implantação do curso em Santa Inês-MA permitirá atender não apenas à demanda local, mas também às necessidades formativas de profissionais de todo o Maranhão, oferecendo uma especialização que dialoga diretamente com os contextos regionais, sociais e econômicos do estado, em consonância com os princípios de desenvolvimento regional e justiça social (Brasil, 2021; IBGE, 2022).

3.2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Curso de Especialização em *Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário* da Faculdade Santa Luzia nasce da necessidade crescente de atualização e aprofundamento dos profissionais do Direito diante das constantes transformações normativas, jurisprudenciais e sociais que impactam diretamente essas áreas.

O curso abrange os pontos centrais do Direito Trabalhista e Previdenciário, oferecendo não apenas atualização, mas também um conjunto de conhecimentos essenciais que dialogam com a prática profissional e com as demandas sociais contemporâneas, repercutindo no cotidiano de trabalhadores, empregadores, advogados e da sociedade em geral.

Sua relevância justifica-se na medida em que propõe a *especialização do profissional do Direito* a partir de uma sólida fundamentação teórica sobre a evolução da dogmática obreira e dos sistemas de política trabalhista, aliada à incorporação de

temáticas atuais relacionadas às questões previdenciárias. Como aponta Delgado (2020), o Direito do Trabalho possui papel essencial na regulação das relações sociais e na promoção da justiça social, exigindo do profissional jurídico constante atualização teórica e prática para atuar de forma eficiente.

Além disso, o curso contribui para o atendimento das exigências do mercado de trabalho, cada vez mais marcado pela competitividade e pela necessidade de profissionais altamente qualificados, capazes de compreender e atuar em um cenário normativo em constante mutação. Essa formação também se mostra relevante em nível regional, considerando as demandas específicas da comunidade em que a Faculdade Santa Luzia está inserida, marcada por contextos de desigualdade social e pela urgência de atuação jurídica comprometida com a promoção da dignidade humana e a resolução de litígios trabalhistas e previdenciários.

Ao oferecer metodologias ativas e inovadoras, o curso possibilita experiências práticas, como análise de casos, simulações de audiências, elaboração de peças processuais e debates jurisprudenciais, favorecendo a aprendizagem significativa. Dessa forma, o conhecimento produzido transcende a simples transmissão de conteúdo, tornando-se um *processo crítico-reflexivo*, orientado pela perspectiva de ação-reflexão-ação e pela cultura da educação continuada.

Assim, a Faculdade Santa Luzia reafirma, por meio deste curso, seu compromisso institucional com a formação de profissionais competentes, éticos e socialmente responsáveis, capazes de responder aos desafios contemporâneos e de contribuir de maneira efetiva para o fortalecimento da justiça do trabalho e da seguridade social no Brasil.

3.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

3.2.1 Objetivos do curso

Objetivo geral

O objetivo do curso de pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário é proporcionar aos operadores do direito e a profissionais de áreas correlatas a oportunidade de aprofundar conhecimentos, por meio de ampla reflexão e desenvolvimento de exercícios práticos, bem como desenvolver técnicas e

competências para atuar de forma eficiente diante das complexas questões do Direito Trabalhista e Previdenciário.

Objetivos específicos

- Atualizar conhecimentos e incentivar a pesquisa científica, promovendo a formação de novos pesquisadores e contribuindo para o aprimoramento dos profissionais da área de Direito Trabalhista e Previdenciário;
- Aprofundar os conhecimentos adquiridos na graduação;
- Estimular a produção acadêmica e o debate crítico sobre questões interdisciplinares envolvendo o Direito Trabalhista e Previdenciário.

3.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- ✓ Desenvolver estratégias e posturas que promovam autonomia nas ações e procedimentos, evidenciando uma formação de qualidade diferenciada, capaz de atender e superar as exigências de um mercado cada vez mais competitivo;
- ✓ Utilizar novos instrumentos e métodos que garantam a efetiva aplicabilidade da nova ordem jurídica trabalhista e previdenciária;
- ✓ Contribuir para a formulação de um modelo de justiça trabalhista mais eficiente e inovador, com vistas à revisão e aperfeiçoamento dos modelos tradicionais.

3.4 CONCEPÇÃO DO CURSO

Proporcionar aos participantes um conjunto de conhecimentos capaz de desenvolver competências intelectuais, organizacionais, metodológicas, sociais e políticas, promovendo uma visão integrada do Direito Trabalhista e Previdenciário e estimulando uma atuação profissional inovadora, crítica e estratégica.

3.5 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular proposta considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica e a compatibilidade da carga horária total, evidenciando a articulação entre teoria e prática. Nesse contexto formativo, o processo de aprendizagem é protagonizado pelos especializandos, sob mediação docente, em distintos e diversificados cenários de aprendizagem, com metodologias inovadoras que convergem para uma formação cidadã, crítico-reflexiva e comprometida com a promoção da justiça social e da efetividade dos direitos trabalhistas e previdenciários.

O processo inovador do curso, portanto, está associado não apenas ao uso de tecnologias aplicáveis à educação, mas também a um processo formativo voltado ao desenvolvimento regional, em alinhamento com as políticas públicas de trabalho, previdência e inclusão social (Hernández; Ventura, 2017).

Conforme destaca Krug et al. (2016), trata-se de uma nova lógica de aprender a partir da concepção de educação como instrumento de enfrentamento aos desafios do mundo contemporâneo e da resolutividade dos problemas emergentes em uma realidade em permanente transformação. Nesse sentido, o conhecimento é compreendido como produção social, resultante do diálogo entre saberes acadêmicos, jurídicos e práticos, com foco na intervenção concreta nas demandas sociais, e não apenas na sua representação teórica.

Essa proposta de trabalho socialmente referenciada se articula com as diretrizes previstas no PDI da FSL e nos cursos da área de Direito, atendendo aos imperativos mercadológicos, à identidade institucional e às demandas específicas da região de Santa Inês e adjacências.

O conhecimento-processo, portanto, materializa-se em práticas discentes norteadas pela teoria e vice-versa, consolidando aprendizagens na perspectiva ação-reflexão-ação, uma circularidade epistêmica que retroalimenta permanentemente o currículo, transcendendo os limites da pós-graduação e promovendo a cultura da educação continuada (Moran; Bacich, 2018).

A prática integrativa consiste em criar cenários que simulam situações jurídicas desafiadoras, permitindo que os alunos se desenvolvam de forma prática e crítica. Essa abordagem proporcionará diversos benefícios:

- *Aprendizado Baseado em Experiência*: os alunos terão a oportunidade de vivenciar diferentes casos concretos de Direito do Trabalho e Previdenciário, o que contribuirá para a consolidação do aprendizado teórico e o desenvolvimento de competências práticas (Valente, 2018).
- *Desenvolvimento de Habilidades de Tomada de Decisão*: ao se depararem com situações simuladas, como audiências, sustentações orais e elaboração de peças jurídicas, os alunos serão desafiados a tomar decisões rápidas e fundamentadas, ganhando segurança em seus raciocínios e estratégias.
- *Foco na Comunicação e Trabalho em Equipe*: as simulações frequentemente envolverão interações com colegas e professores em papéis diversos (advogados, juízes, procuradores e peritos), incentivando a comunicação eficaz e a cooperação, habilidades essenciais na prática forense.
- *Preparação para Casos Complexos*: situações críticas da seara trabalhista e previdenciária poderão ser simuladas, permitindo que os alunos desenvolvam protocolos de argumentação, negociação e resposta para lidar com casos de alta complexidade (Santos, 2011).
- *Feedback Construtivo*: os professores poderão fornecer feedback imediato e direcionado aos alunos, auxiliando-os na identificação de seus pontos fortes e das áreas que precisam ser aprimoradas.

Tabela 5. Matriz curricular

Meses	Disciplinas	CH
1	Direitos Sociais: Fundamentos Constitucionais do Direito do Trabalho e Previdenciário	30
2	Relação de Trabalho e de Emprego	30
3	Jornada de Trabalho, Intervalos e Salário	30
4	Direitos Individuais do Trabalho	30
5	Direito Coletivo do Trabalho e Direito Sindical	30
6	Direito Processual do Trabalho	30
7	Didática do Ensino Superior	30
8	Regime Geral de Previdência Social	30
9	Regimes Especiais: Regime Próprio de Previdência do Servidor e de Previdência Complementar	30
10	Cálculo das Prestações Previdenciárias e Financiamento da Previdência Social	30
11	Metodologia da Pesquisa	30
12	Direito Processual Previdenciário	30
	Total	360

Fonte: FSL (2025)

3.6 PROCESSO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O processo de seleção do curso de pós-graduação lato sensu em *Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário* da Faculdade Santa Luzia se dará por meio de processo de seleção que constará de Análise de currículo.

Poderão participar do processo seletivo: Advogados, Procuradores, Membros do Ministério Público e da Magistratura, Professores, Consultores, Servidores públicos e demais profissionais que atuam em assuntos relacionados ao Direito Trabalhista e Previdenciário e áreas afins reconhecidos pelo MEC.

Aos critérios de seleção será atribuída pontuação de 0,0 (zero) a 100 (cem) pontos a partir da análise do currículo, sendo considerados aprovados os candidatos que obtiverem acima de 60% (sessenta por cento) ou mais de pontos após análise.

Para o ingresso ao curso de pós-graduação lato sensu em *Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário* da Faculdade Santa Luzia os candidatos selecionados deverão apresentar no ato da Inscrição a documentação:

- Cópia simples da Carteira de Identidade e CPF
- Cópia simples da certidão de nascimento e ou casamento
- Cópia do comprovante de endereço
- 1 (uma) foto 3x4 atual

- Cópia autenticada do Diploma de graduação
- Cópia autenticada do Certificado de graduação
- Quitação da taxa de matrícula emitida pelo setor financeiro
- Assinatura do Contrato de Prestação de Serviços educacionais
- Para Graduados no exterior apresentar certificação de revalidação do título por universidade brasileira.
- Comprovação de renda.
- Documentos do Fiados: RG, CPF, comprovante de Endereço de renda.

3.7 METODOLOGIAS

Nas últimas décadas, as discussões no campo educacional no Brasil têm enfatizado questões como proposta curricular, modelo pedagógico, metodologias de aprendizagem e processos avaliativos (Bollella et al., 2014). Nesse contexto, a adoção de metodologias ativas torna-se essencial, pois propõe uma prática pedagógica ética, crítica, reflexiva e transformadora, superando o mero treinamento técnico e promovendo a formação integral do profissional como sujeito histórico, inscrito na dialética da ação-reflexão-ação (Masetto, 2018).

A relação entre ensino jurídico e metodologias ativas fortalece-se pela vivência em espaços além da sala de aula, pela valorização da interdisciplinaridade, pelo protagonismo discente e pelo compromisso com a realidade social. Assim, o curso de Especialização em *Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário* da Faculdade Santa Luzia fundamenta-se em estratégias que promovem a compreensão aprofundada dos conteúdos, estimulando a participação ativa dos estudantes e sua capacidade de aplicar o conhecimento teórico em contextos práticos e profissionais.

As metodologias ativas a seguir nortearão o desenvolvimento das atividades:

1. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): A ABP será central no processo formativo, desafiando os estudantes a resolverem casos reais e simulados do cotidiano forense, como ações trabalhistas envolvendo vínculos precários, cálculos previdenciários, acidentes de trabalho e concessão de benefícios. Esses contextos favorecerão o raciocínio jurídico e a aplicação prática do conhecimento adquirido (Le Boterf, 2003).

2. Aulas Teóricas Expositivas: As aulas expositivas fornecerão a base teórica necessária sobre Direito do Trabalho, Direito Previdenciário e Processual. Por meio de recursos visuais como slides, quadros comparativos de legislação e análise jurisprudencial, os conteúdos serão apresentados de forma clara e organizada. A interação será estimulada por meio de perguntas reflexivas, debates e problematizações (Kuenzer, 2002, 2009).

3. Estudos de Caso e Análise Jurisprudencial: A utilização de casos concretos e decisões judiciais permitirá aos alunos relacionar a teoria com a prática, desenvolvendo a capacidade de interpretar normas, aplicar entendimentos consolidados e propor soluções jurídicas fundamentadas.

4. Simulações e Práticas Processuais: Os alunos participarão de simulações de audiências trabalhistas e previdenciárias, elaboração de peças processuais e realização de cálculos de benefícios. Essas práticas prepararão os discentes para atuar com segurança em cenários reais, desenvolvendo habilidades técnicas e estratégicas (Schmitz, 2016).

5. Discussões e Seminários Temáticos: Serão promovidos debates e seminários sobre temas contemporâneos do Direito do Trabalho e Previdenciário, como a reforma trabalhista, a previdência complementar, a proteção social do trabalhador informal e os impactos das novas tecnologias no mundo do trabalho. Essa dinâmica fomentará reflexão crítica, diálogo interdisciplinar e construção de visão humanística do Direito (Silveira, 2020).

6. Grupos de Discussão: Grupos de estudo e pesquisa serão organizados para discutir tópicos específicos da área, permitindo a troca de experiências, a construção coletiva do conhecimento e a análise crítica de casos emblemáticos (Nogueira, 2009).

7. Recursos Multimídia e Bibliografia Especializada: O curso utilizará recursos multimídia, como vídeos de audiências, simulações de processos digitais (PJe) e documentários sobre o mundo do trabalho, que enriquecerão a experiência de aprendizagem. Além disso, os alunos terão acesso à Biblioteca Física da Faculdade Santa Luzia e à Minha Biblioteca Virtual, onde encontrarão vasta literatura e periódicos especializados (Sacristán, 2011).

3.8 CORPO DOCENTE DO CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

O corpo docente do curso será composto por especialistas, mestres e doutores

Total de Doutores: 2

Total de Mestres: 4

Total de Especialistas: 2

Total Geral: 8

IQCD = **3,25**

3.9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ALUNO

Entende-se a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade acadêmica. Serão realizadas práticas avaliativas diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o discente como um todo, sua bagagem cultural e as diferenças individuais

Os professores responsáveis têm autonomia para decidirem com os alunos participantes a forma de avaliação em cada disciplina, respeitada a exigência de obtenção mínima de 70% dos pontos atribuídos.

Ocorrendo a não aprovação do aluno em uma disciplina, por pontuação ou frequência mínima, o mesmo será obrigado a realizar estudos complementares orientados pelo professor, antes da realização de segunda oportunidade de avaliações.

A avaliação ocorrerá em termos de pontuação de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, considerando que a pontuação inferior aos 4,0 pontos seria considerada insuficiente e a pontuação entre 4,0 e abaixo de 7,0 seria considerado regular, exigindo nestes casos estudos complementar para aprovação.

Para obtenção do título de Especialista o aluno deverá ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e em cada disciplina obter média igual ou superior a 7 (sete).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLLELA, V. R. *et al.* Aprendizagem baseada em equipes: da teoria à prática. **Medicina**. Ribeirão Preto, v.47, n.3 p.293-300, 2014.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social 2021**. Brasília: MPS, 2021.

BRASIL. **Ministério da Previdência Social**. Anuário Estatístico da Previdência Social 2021. Brasília: MPS, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores e Dados Básicos – IDB**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 30 set. 2025.

DATASUS – Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 19. ed. São Paulo: LTr, 2020.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5a ed. Porto Alegre (RS): Penso, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para municípios brasileiros, 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Santa Inês. Brasília: IBGE, 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades e Estados: Maranhão. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Consulta em: 10 de maio de 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior – 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Consulta em: 12 de maio de 2022.

KRUG, R. R. *et al.* O “bê-á-bá” da Aprendizagem Baseada em Equipe. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v.40, n.4, p. 602-620, 2016.

KUENZER, A. Z. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro Rio de Janeiro, v. 28, n.2, maio/ ago., 2002.

KUENZER, A. Z. O que muda no cotidiano da sala de aula universitária com as mudanças no mundo do trabalho. In: S. Castanho & E. Castanho (Orgs.), **Temas e textos em metodologia do ensino superior**, p. 15-28. Campinas: Papirus, 2009.

LE BOFERT, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MARANHÃO (Estado). Poder Executivo. Secretaria de Estado da Saúde. Resolução no. 64/2018 - CIB/ MA, de 25 de maio de 2018. Dispõe sobre o cronograma do processo de Planejamento Regional Integrado e a Organização de Macrorregiões de Saúde do Estado do Maranhão. **Diário Oficial do Estado**, São Luís, ano CXII, n. 120, p. 50, 28 jun., 2018. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CIBMA_n%C2%BA_64_de_25_de_maio_de_2018.pdf. Acesso em: 27 set. 22.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão. **Perfil epidemiológico e indicadores de saúde: Região do Pindaré**. São Luís: SES/MA, 2021.

MARINHO-ARAÚJO, C. M., & RABELO, M. L. **Avaliação educacional: a abordagem por competências**. Avaliação, v.20, n.2, p.443-466, 2015.

MASSETO, M.T. **Metodologias Ativas no Ensino Superior**: para além da sua aplicação, quando fazem diferença na formação dos profissionais? Revista e-Curriculum, São Paulo, v.16, n.3, p. 650- 66 2018 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo –PUC/SP

MORAN, J; BACICH, L. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD/Ipea/FJP, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

SACRISTÁN, J.G. **Educar por Competências - O que há de novo?** Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANTOS, W.S. Organização Curricular Baseada em Competências na Educação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.35, n.1, 2011, p.86-92.

SCHMITZ, Elieser Xisto da Silva Schmitz. **Sala de aula invertida: uma abordagem para combinar metodologias ativas e engajar alunos no processo de ensino-aprendizagem**. 2016. 185 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologias



Educacionais em Rede) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

SES/MA – Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão. **Relatório Anual de Vigilância Epidemiológica**. São Luís: SES/MA, 2020. Disponível em: <http://www.saude.ma.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVEIRA JR., C. R. **Sala de aula invertida: por onde começar?** Goiânia: Instituto Federal de Goiás, 2020.

VALENTE, J. A. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia. In: MORAN, José; BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

ANEXO A- EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS DOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO

DISCIPLINA: DIREITOS SOCIAIS: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA:

O trabalho e a previdência na Constituição de 1988. Os princípios constitucionais e sua aplicação ao Direito do Trabalho e Previdenciário. Os princípios específicos do Direito do Trabalho e Previdenciário.

REFERENCIAS:

1. FREDIANI, Yone. Direito do trabalho. Barueri: Manole, 2011. E-book. p.A. ISBN 9788520444351. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444351/>.
Acesso em: 22 ago. 2025.
2. MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625789. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>.
Acesso em: 22 ago. 2025.
3. VIANNA, João Ernesto A. Direito Previdenciário - 8ª Edição 2022. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. Capa. ISBN 9788597024029. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/>.
Acesso em: 22 ago. 2025.

DISCIPLINA: RELAÇÃO DE TRABALHO E DE EMPREGO

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

Relação de trabalho e relação de emprego. Os elementos da relação de emprego. Elementos jurídicos formais do contrato de trabalho. Alterações no contrato de trabalho. Sujeitos da relação de emprego: empregado e empregador. Poder empregatício

REFERENCIAS:

1. ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.3. ISBN 9788553619467. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
2. CARDOSO, Breno L. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho Facilitados - 1ª Edição 2024. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995164. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995164/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
3. SANDES, Fagner. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 9786555591682. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591682/>. Acesso em: 22 ago. 2025

DISCIPLINA: Jornada de Trabalho, Intervalos e Salário

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

Duração do trabalho. Horas extraordinárias. Banco de horas. Trabalho em regime de tempo parcial. Intervalos para descanso: intrajornada; interjornada; e descanso semanal remunerado. Remuneração e salário. Equiparação salarial.

REFERENCIAS:

1. ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.3. ISBN 9788553619467. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
2. FREDIANI, Yone. Direito do trabalho. Barueri: Manole, 2011. E-book. p.A. ISBN 9788520444351. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444351/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
3. FILHO, Ives Gandra da Silva M. Série Idp - Manual de Direito e Processo do Trabalho - 30ª Edição 2025. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627202. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627202/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DISCIPLINA: DIREITOS INDIVIDUAIS DO TRABALHO

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

FGTS. Aviso Prévio. Vale-transporte. Décimo Terceiro Salário. Extinção do contrato de trabalho. Terceirização trabalhista. Licenças-maternidade e paternidade.

REFERENCIAS:

1. FREDIANI, Yone. Direito do trabalho. Barueri: Manole, 2011. E-book. p.A. ISBN 9788520444351. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444351/>.
Acesso em: 22 ago. 2025.
2. MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625789. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>.
Acesso em: 22 ago. 2025.
3. ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.3. ISBN 9788553619467. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/>.
Acesso em: 22 ago. 2025.

DISCIPLINA: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E DIREITO SINDICAL

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

Direito Coletivo na Constituição de 1988. Organização Sindical Brasileira. Conflitos coletivos de trabalho. Liberdade sindical. Enquadramento sindical. Conceito de categoria. Categoria profissional diferenciada. Negociação coletiva e a formação das normas trabalhistas. Acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho. Dissídios coletivos. Direito de Greve.

REFERENCIAS:

1. MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625789. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
2. CARDOSO, Breno L. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho Facilitados - 1ª Edição 2024. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995164. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995164/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
3. FREDIANI, Yone. Direito do trabalho. Barueri: Manole, 2011. E-book. p.A. ISBN 9788520444351. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444351/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

Princípios e características do Direito Processual do Trabalho. Interpretação e Integração: impactos do Código de Processo Civil ao Processo do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Partes e Procuradores. Postulação e resposta no Processo do Trabalho. Procedimentos. Sentença Trabalhista. Teoria geral dos recursos. Recursos em Espécie. Execução no Processo do Trabalho.

REFERENCIAS:

1. CARDOSO, Breno L. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho Facilitados - 1ª Edição 2024. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995164. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995164/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
2. FILHO, Ives Gandra da Silva M. Série Idp - Manual de Direito e Processo do Trabalho - 30ª Edição 2025. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627202. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627202/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
3. SANDES, Fagner. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 9786555591682. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591682/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DISCIPLINA: DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

A reflexão crítica sobre a problemática da educação e o papel exercido pelo educador no contexto do ensino superior. Dinâmica do Ensino Aprendizagem. Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior. Técnicas de Comunicação: conceito e modelos; módulos. Relações entre treinamento & educação. Técnicas básicas de comunicação verbal e não verbal. Utilização das ferramentas de aulas: quadros, Data Show, vídeo, seminários, palestras, painel. Sistema de avaliação. Postura do professor (a) na sala de aula. Relacionamento entre professor (a) e aluno (a). Feedback

REFERENCIAS:

1. FREIRE, Rogéria A. **Didática do Ensino Superior**. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. *E-book*. ISBN 9788522123926. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123926/>. Acesso em: 31 out. 2023.
2. SPANHOL, Fernando J.; FARIAS, Giovanni Ferreira de; SOUZA, Márcio Vieira de. **EAD, PBL e desafio da educação em rede: metodologias ativas e outras práticas na formação do educador coinvestigador**. [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2018. *E-book*. ISBN 9788580393613. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580393613/>. Acesso em: 31 out. 2023.
3. FREIRE, Rogéria A. **Didática do Ensino Superior: o processo de ensino aprendizagem**. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2016. *E-book*. ISBN 9788522123643. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123643/>. Acesso em: 31 out. 2023.
4. DEBALD, Blasius. **Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno**. (Desafios da educação). [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2020. *E-book*. ISBN 9786581334024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334024/>. Acesso em: 31 out. 2023.

DISCIPLINA: REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

Inscrição e filiação à Previdência Social Pública. Carência. Salário de Contribuição. Salário de Benefício. Renda Mensal Inicial. Fator Previdenciário. Beneficiários do sistema previdenciário. Benefícios Previdenciários. Proposição de temas relevantes e atuais sobre a matéria. Posicionamento do Instituto Nacional da Previdência Social e do Poder Judiciário. Novas propostas.

REFERENCIAS:

1. GOES, Hugo. Manual de Direito Previdenciário - 18ª Edição 2024. 18. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995256. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995256/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
2. LEITE, Anna L. B A.; DORETO, Daniella T.; NAKAMURA, Fernanda de C.; et al. Direito previdenciário. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556903255. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903255/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
3. VIANNA, João Ernesto A. Direito Previdenciário - 8ª Edição 2022. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. Capa. ISBN 9788597024029. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DISCIPLINA: REGIMES ESPECIAIS: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR E DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

Regime próprio de previdência dos servidores públicos. Previdência Complementar. Análise de requisitos. Benefícios. Custeio. Desenvolvimento e debates sobre questões atuais.

REFERENCIAS:

1. GOES, Hugo. Manual de Direito Previdenciário - 18ª Edição 2024. 18. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995256. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995256/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
2. LAZZARI, João B.; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. Direito Previdenciário - 4ª Edição 2025. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997069. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997069/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
3. VIANNA, João Ernesto A. Direito Previdenciário - 8ª Edição 2022. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. Capa. ISBN 9788597024029. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DISCIPLINA: CÁLCULO DAS PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

Cálculo da Renda Mensal Inicial dos Diversos tipos de Benefícios Previdenciários. Estudo do custeio da Previdência Social. Fontes de contribuição. Contribuições previdenciárias.

REFERENCIAS:

1. GOES, Hugo. Manual de Direito Previdenciário - 18ª Edição 2024. 18. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995256. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995256/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
2. LAZZARI, João B.; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. Direito Previdenciário - 4ª Edição 2025. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997069. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997069/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
3. LEITE, Anna L. B A.; DORETO, Daniella T.; NAKAMURA, Fernanda de C.; et al. Direito previdenciário. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556903255. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903255/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DE PESQUISA

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

Estudo das etapas do artigo de revisão sistemática, incluindo: título, introdução, metodologia, resultados e discussão, conclusão e referências. Apresentação das declarações PRISMA 2010 e 2020, com análise dos itens da lista de checagem e modelos de fluxograma para revisões sistemáticas. Capacitação para consulta em bases de dados, utilizando identificadores únicos de registros (DeCS/MeSH) e operadores booleanos (OR e AND). Aplicação das normas da ABNT para elaboração de referências (NBR 6023/18) e citações (NBR 10520/23).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

1. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2022. 1 recurso online. ISBN 978-85-97-02657-3 ISBN Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4\]!/4/40/1:3\[M27%2C5f\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4]!/4/40/1:3[M27%2C5f]).
2. GALVÃO, Taís Freire ; TIGUMAN, Gustavo Magno Baldin. (Trad.). A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v.31, n.2e2022107, 2022.
3. URRÚTIA, G., & BONFILL, X. Declaración PRISMA: una propuesta para mejorar la publicación de revisiones sistemáticas y metaanálisis. **Med Clin (Barc)**, v.135, n.11, p.507-511, 2010.
4. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**– ABNT NBR 10520. Informação e comunicação- citações em documentos – Apresentação. , 2. ed. 2023. ABNT NBR 10520. Informação e comunicação- referências – Elaboração , 2. ed. 2018.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

CARGA HORARIA: 30 horas

EMENTA

Institutos do direito processual aplicados ao processo previdenciário. Justificação administrativa. Requerimento e exaurimento na via administrativa. Competência jurisdicional em matéria previdenciária. Ações de indenização e a competência da Justiça do Trabalho. Competência delegada. Juizados especiais. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias.

REFERENCIAS:

1. FILHO, Ives Gandra da Silva M. Série Idp - Manual de Direito e Processo do Trabalho - 30ª Edição 2025. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627202. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627202/>.
Acesso em: 22 ago. 2025.
2. LEITE, Anna L. B A.; DORETO, Daniella T.; NAKAMURA, Fernanda de C.; et al. Direito previdenciário. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556903255. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903255/>.
Acesso em: 22 ago. 2025.
3. VIANNA, João Ernesto A. Direito Previdenciário - 8ª Edição 2022. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. Capa. ISBN 9788597024029. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/>.
Acesso em: 22 ago. 2025.

ANEXO B– MODELO DO PLANO DE ENSINO**PLANO DE ENSINO****IDENTIFICAÇÃO:**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO E
DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

DISCIPLINA: XX.

PERÍODO DE OFERTA: ____/____/____ a ____/____/____

PROF. DR. XX

CARGA HORÁRIA: 30 horas

EMENTA:

XX
XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Inserir aqui a ementa do projeto, conforme apresentada
originalmente).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
2. XXX
3. XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
4. XXX;x
5. XXX;
6. XXX
7. **Detalhar os conteúdos programáticos:** apresentar a estrutura da disciplina em tópicos, podendo definir o **número de aulas** destinado a cada tema, de forma a organizar o desenvolvimento do conteúdo.
8. **Inserir atividades complementares:** incluir no plano de ensino os **temas das atividades complementares** relacionadas ao conteúdo programático, destacando sua relevância para o aprofundamento e aplicação prática do conhecimento.

- [illegible]

APROVAÇÕES:

Prof. Dr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Docente da Disciplina	Aprovado pela Coordenação do Curso de Pós Graduação Prof. Me. Raphael Penha Hermano Coordenador do Curso de Especialização em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário
--	---



FACULDADE

Santa Luzia

Aqui, você faz a diferença!